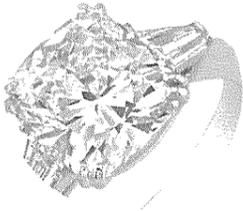


**PJ DETÉM DOIS IDOSOS
POR FURTO DE ANEL DE DIAMANTES**

Dois homens, um de 65 e outro de 74 anos, foram detidos pela Polícia Judiciária (PJ), sob suspeita de roubo de um anel de diamantes, avaliado em 310 mil patacas. A jóia foi sonogada numa joalharia, num caso que remonta a Dezembro do ano passado. Um dos suspeitos admitiu que a jóia já tinha sido revendida por 20 mil patacas.



SOCIEDADE

Anima tenta travar envio de galgos do Reino Unido e Irlanda

Passaram-se três meses deste que a Austrália interditou o envio de galgos para o Canídrómo de Macau. Albano Martins diz que já se sentem diferenças naquela estrutura, com os números de Janeiro a revelar um decréscimo no abate. O presidente da Anima está agora empenhado em travar a chegada a Macau de galgos oriundos do Reino Unido e da Irlanda, os últimos redutos de onde ainda é possível importá-los, diz.

SÍLVIA GONÇALVES
SILVIAGONCALVES.PONTOFINAL@GMAIL.COM



Depois da transmissão de uma reportagem na televisão australiana, onde era mostrado o tratamento dado aos galgos no Canídrómo de Macau, as companhias aéreas australianas suspenderam o transporte destes animais para o território. Já lá vão três meses. Albano Martins fala do “impacto brutal” das imagens divulgadas e revela ao PONTO FINAL que está em curso uma operação mais alargada para impedir a vinda de galgos do Reino Unido e da República da Irlanda.

“Podemos dizer que os únicos sítios onde eles poderão ir buscar galgos de agora em diante, só pode ser na Europa. Eles só podem ir buscar galgos ao Reino Unido ou à Irlanda.

Neste momento nós já estamos a bloquear – falo da coligação internacional liderada pelos Estados Unidos e pela Austrália – estamos a tentar bloquear o Reino Unido e bloquear a Irlanda. Há uma lei do Governo irlandês, de 2012, a proibir a exportação de galgos para a China. E o que nós queremos que esse Governo perceba é que Macau é China. O que nós estamos a fazer é lobbying, para bloquear as saídas de animais”, conta o presidente da Anima.

O também economista insiste no exercício de lobbying, para impedir a entrada dos animais e justifica a dificuldade em obter resultados com a Irlanda: “A Irlanda ainda não é um caso garantido porque

Macau faz parte da World Trade Organization e tem um estatuto, não digo independente, mas tem o seu próprio estatuto na Organização Mundial de Comércio, e portanto o facto de haver um bloqueio para a China pode não interferir connosco, mas nós estamos a tentar que os irlandeses também façam isso”, explica.

Certo é que, da Austrália, nunca mais um animal foi lançado às pistas do Canídrómo da RAEM. “Temos a absoluta certeza”, garante Martins. E após um primeiro trimestre de suspensão, são já visíveis os efeitos naquela estrutura? “Em Janeiro já houve menos abates, estamos a acabar o relatório de Fevereiro e quando completarmos o relatório

poderemos ver essas diferenças”. Os números de Janeiro eram já reveladores de um decréscimo do número de mortes no Canídrómo: “A informação que nós temos não é oficial. É a informação que nós construímos, que tem alguma diferença relativamente aos dados oficiais. Os nossos dados apontam para poucas mortes, à volta de seis mortes no Canídrómo, em Janeiro. No ano passado, o número de mortes deve ter rondado 260 animais. Houve já uma redução em relação aos trinta animais [abatidos mensalmente], porque isso daria 360. Na prática eles já começam a ter dificuldades em conseguir sacar animais”.

Numa altura em que a proposta de lei de protecção dos animais se encontra em discussão na primeira comissão permanente da Assembleia Legislativa, Albano Martins aguarda pela já anunciada partilha da versão final do documento com as associações locais. “Estou à espera que eles, pela primeira vez mostrem um documento, porque em regra eles pedem-nos opinião mas são um muro de silêncio, nós não sabemos o que vai ser mastigado por eles, e assim vendo o que eles vão fazer agora nós podemos tentar ver até que ponto a nova lei de facto vai melhorar relativamente à proposta inicial deles”. Um primeiro documento em que o responsável máximo da Anima não encontrou identificação: “A proposta inicial deles, na minha opinião, é muito fraca. É similar à de 2008. E é uma proposta que não se centra nos direitos dos animais, centra-se mais na questão administrativa do controlo de licenças, mais nisso do que propriamente na protecção de animais. E nós achamos que ainda há muita margem para essa proposta ser melhorada, vamos ver o que eles fizeram agora”, remata o dirigente.

SERVIÇOS DE SAÚDE ALEGAM QUE HOSPITAL PROCEDEU CORRECTAMENTE. A UNIDADE DE SAÚDE PEDE DESCULPA

Uma notícia publicada na edição de ontem do PONTO FINAL dava conta da dúvida instalada na família de Joana Ferreira, que reconhecera num comunicado emitido pelos Serviços de Saúde, a 6 de Março, as circunstâncias em que o seu pai, Jorge Ferreira, se havia deslocado ao hospital. O mesmo comunicado indicava que as análises efectuadas a um indivíduo, não identificado, tinham apresentado resultado negativo para infecção pelo vírus Zika e positivo para a Gripe A. A dúvida foi suscitada uma vez que Jorge Ferreira ainda não fora notificado de que contraiu gripe. Este jornal procurou junto dos Serviços de

Saúde obter essa confirmação. A resposta chegou ontem, e nela os serviços referem que “ao abrigo da Lei de Protecção de Dados Pessoais”, “não podem divulgar aos órgãos de comunicação social os dados pessoais relativos aos seus utentes” e ainda que “o Centro Hospitalar Conde de São Januário [CHCSJ] comunicou os resultados ao doente de acordo com os procedimentos previstos”. Entretanto, o CHCSJ entrou em contacto ontem com Joana Ferreira, para lhe transmitir o diagnóstico de Gripe A do seu pai e confirmar que era Jorge Ferreira o indivíduo mencionado no comunicado: “Pediram-nos desculpa, disseram-me que não era correcto que o meu pai tivesse tido conhecimento do diagnóstico através de uma notícia de jornal citando o comunicado dos Serviços de Saúde, e assumiram o erro de comunicação”, contou Joana Ferreira. S.G.

Número elevado de gatos justifica registo obrigatório, diz Albano Martins

PROPOSTA DE LEI

Na Assembleia Legislativa segue a apreciação da proposta de lei de protecção dos animais. Albano Martins tem estado atento aos ecos que sopram da 1.ª Comissão Permanente do hemiciclo e revela espanto face a alguns dos pontos que figuram no articulado, como a possibilidade de imposição do uso do açaime para cães ou a impossibilidade de se efectuar um registo dos gatos, hipótese que se manterá circunscrita aos cães.

“Parece que todos os animais têm que ser açaimados, quando sabemos que isso só deve ser feito com animais por motivos que ainda existem, de chegarem cá animais que são considerados perigosos. Esses sim, devem ter açaimes nos locais públicos. E os outros animais, a não ser que já tenham dado provas de agressão física a humanos, nesses casos deve haver algum cuidado, mas o resto não tem sentido absolutamente algum. Os animais não podem estar a pagar o preço dos medos de alguma gente”, defende o presidente da Anima. Já o registo obrigatório continuará a contemplar apenas os cães, pois o Governo alega que nos gatos é difícil a implantação de um chip electrónico, uma posição contrária à apresentada pelos deputados. Albano Martins mostra-se indignado e aponta o dedo ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM): “Relativamente aos gatos, é das coisas mais incríveis que eu vejo. Porque é que o IACM tem licenças? Tem para obrigar as pessoas a racionar os seus animais contra a raiva, porque a China é uma zona endémica de raiva. Se é uma questão de saúde pública [o registo obrigatório dos cães], como o IACM diz na lei, então a raiva acontece também com os gatos. Os gatos atravessam a fronteira, como atravessam os cães”, alega o activista, que dá conta da sugestão apresentada pela associação a que preside: “A Anima fez uma proposta no sentido de que o Governo, porque é uma questão de saúde pública, obrigasse a que esses pequeninos animais fossem também licenciados, porque o Executivo só dá a vacina contra a raiva, só existe nos canis municipais, quando os animais são licenciados a custo zero. Esse é o preço a pagar por uma questão de saúde pública, e não devia passar esse preço para a comunidade, porque uma vacina contra a raiva custa 40 patacas, mas o licenciamento de um animal custa 500”, explica o presidente da Anima.

Martins contesta o argumento de que os gatos existem no território em menor número: “Não é verdade. Há mais gatos que cães. E se houver um surto de raiva, a raiva passa para os gatos também. Nós temos muito mais resgates de gatos do que de cães. Em 2014/2015 tivemos 334 resgates de cães. Gatos, nesses dois anos, tivemos 442”, remata. S.G.